

NOS ENTREMEIOS DO LATIFUNDIO A RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO

DAIANA DA SILVA OLIVEIRA¹; CARMEM REJANE PACHECO PORTO²

¹ Universidade Federal do Rio Grande- Campus São Lourenço do Sul –
oliveiradaiana379@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande- Campus São Lourenço do Sul – carmem.porto@furg.br

1. INTRODUÇÃO

A temática a que se propõe este resumo é sobre a origem do campesinato nos entremeios do latifúndio e a resistência de seus atores sociais, mesmo invisibilizados ao longo da história. A área do conhecimento no qual é realizada a pesquisa que deu origem ao resumo é a geografia agrária, entende-se que ela proporciona leituras críticas da realidade do campo brasileiro. Traz-se para a discussão a identificação de atores sociais, relativamente desconsiderados, mas que compõem o campesinato brasileiro, como os povos originários, africanos escravizados no Brasil e seus descendentes e os mestiços que se formaram ao longo do tempo.

Ao longo dos milênios, a costa atlântica foi percorrida e ocupada por diversos povos indígenas que competiam pelos melhores nichos ecológicos, continuamente se instalavam, deslocavam e se reassentavam. Nos últimos séculos, porém, os povos originários de fala tupi, conhecidos por suas habilidades guerreiras, estabeleceram-se ocupando uma vasta área que abrangia a costa atlântica e se estendia pelo rio Amazonas, bem como pelos principais rios como o Paraguai, Guaporé e Tapajós, alcançando suas nascentes (RIBEIRO, 1995, p. 30). Os povos originários do Brasil, além do extrativismo e da caça, também produziam em seus roçados alimentos para a subsistência dos grupos familiares.

No Brasil, a partir de 1530 a grande propriedade rural foi predominante, e se manteve ao longo da história, estabelecendo-se como um modelo agroexportador, amplamente reconhecido e aceito socialmente. Essa estrutura agrária recebeu incentivos significativos, expressos por meio de políticas agrícolas que buscaram modernizá-la e garantir sua perpetuação (WANDERLEY, 2001, p. 36-37).

No entremedio dos latifúndios, ou seja, em espaços não dominados por grandes propriedades rurais ou por culturas destinadas à exportação, emergia uma forma diferenciada de agricultura, voltada para o autoconsumo e para a realização de pequenas comercializações. A diversificação agrícola, a produção em pequenas propriedades, o uso da força de trabalho familiar e a utilização de recursos autossustentáveis são elementos cruciais para a sobrevivência das organizações familiares no tempo e no espaço (PLOEG, 2016, p. 09).

Segundo Stedile (1997), o campesinato brasileiro se formou a partir de duas linhas, o que já existia nos arredores das grandes fazendas, responsável pela manutenção do mercado interno, e a linha do campesinato que se formou após a chegada dos imigrantes europeus, no período de 1875-1914, mais de 1,6

milhões de camponeses pobres da Europa chegaram ao Brasil (STÉDILE, 1997, pág. 15 a 31).

Este resumo expandido tem como objetivo demonstrar a construção do campesinato no Brasil, a partir da identificação dos sujeitos que o construíram ao longo do tempo.

2. METODOLOGIA

A pesquisa que embasou este resumo foi desenvolvida entre os anos de 2023 e 2024, o método utilizado foi a análise de conteúdo, com estudo bibliográfico em livros e periódicos, sendo a continuidade de uma pesquisa exploratória realizada entre os anos de 2020 e 2022, no contexto do projeto de pesquisa Campesinato e agricultura familiar: trajetória e permanência no território brasileiro¹.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os povos originários do Brasil, eram organizados em dezenas de grupos tribais, compunham entre 300 a 2 mil habitantes, os grupos tupi tiveram seus primeiros avanços na escala evolutiva, ao iniciarem a revolução agrícola por meio da domesticação de plantas. Retiraram espécies do ambiente natural, principalmente da floresta, para cultivá-las em suas roças. Entre os cultivos estavam a mandioca, o milho, a batata-doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucu, o algodão, o carauá, as cuias e cabaças, além de pimentas, abacaxi, mamão, erva-mate, guaraná e diversas árvores frutíferas (RIBEIRO, 1995, p. 32-33). Com a chegada dos colonizadores, iniciou-se a implementação de sistemas de produção com base capitalista, especialmente porque na Europa o sistema se encontrava em sua fase mercantilista, onde o domínio de territórios era fundamental para o desenvolvimento da atividade comercial e para o acúmulo de metais preciosos oriundos dos países colonizadores. Como resultado, o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro foi implantado de forma a acentuar a desigualdade fundiária e a promoção da ocupação de territórios previamente habitados por povos originários. Houve uma priorização da propriedade privada da terra em detrimento da produção social que esta deveria realizar (GORENDER apud PINHEIRO, 2023, p.77).

Os primeiros camponeses brasileiros foram os povos originários, que já vinham cultivando a terra em seus roçados, posteriormente com a colonização outras identidades de camponeses foram se formando no território. A produção agropecuária de base familiar sempre esteve presente desde o início do processo de ocupação do Brasil, sendo caracterizada por pequenas unidades onde a própria família trabalhava a terra e cultivava produtos agrícolas originários das populações indígenas.

¹ Bolsa FAPERGS - PESQ - 1303- Campesinato e agricultura familiar: trajetória e permanência no território brasileiro.

No Brasil, o campesinato criado a partir dos povos originários se desenvolve no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista (MARQUES, 2008).

Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. (WANDERLEY, 2001, p. 36-37).

Neste contexto, para Delgado (2017) a questão agrária no Brasil é estrutural. A colonialidade sobreviveu ao colonialismo (PORTO-GONÇALVES, 2004, apud DELGADO, 2017, pág. 20-21), ou seja, se manifesta na internalização dos ideais eurocêntricos, que continuaram a influenciar as elites crioulas, brancas ou mestiças, nascidas na América.

As origens dos camponês brasileiro decorrem de várias etnias e culturas, que foram se organizando nos entremeios do latifúndio. O campesinato formou-se ao longo da história do Brasil, tendo uma heterogeneidade maior a partir do período colonial, por europeus brancos e pobres, posteriormente por mestiços (filhos de europeus, com nativos e escravos). Com o fim da escravidão, os escravos não poderiam ter posse de terras produtivas, assim os mesmos foram se alocando em terras consideradas ruins (STÉDILE, 1997, pág.26), porém não perderam os seus traços camponeses, mesmo em terras ditas ruins, os mesmos tinham seus roçados.

Após o término do vínculo colonial com Portugal, ocorreu no país novas fases migratórias, entre os motivos estavam a necessidade de criar outro tipo de ocupação desvinculada da grande propriedade, a intenção de garantir a ocupação do território, as condições precárias que viviam os imigrantes em seu países de origem, mas também a necessidade de incrementar a produção agrícola para o mercado interno, e não menos importante as promessas feitas para os imigrantes que buscavam uma vida melhor em terras distantes. Foram essas num primeiro momento suficientes para mobilizar alemães, italianos, poloneses e açorianos entre os séculos XVIII e XIX, os imigrantes eram camponeses pobres, que cruzaram o Atlântico em busca de uma vida melhor (STÉDILE, 1997, pág 27). Segundo Stédile (1997) “parte dos imigrantes foi para o Sul do país, pela maior disponibilidade de terras e pelo clima, “recebendo” lotes de 25 a 50 hectares; parte foi para São Paulo e para o Rio de Janeiro.” (STÉDILE, 1997, pág 27).

O Brasil é um país miscigenado dando origem a um campesinato diverso mas com uma importante base familiar nas formas de fazer agriculturas, sendo composto por indígenas, quilombolas, afrodescendentes, descendentes de portugueses, alemães, italianos, poloneses, açorianos, entre outros.

4. CONCLUSÕES

As origens do campesinato no território brasileiro decorrem de uma composição étnica e cultural diversa, que vem sendo constituída ao longo do

tempo. Oriundas dos povos originários, da ocupação do território pelos portugueses e pelos africanos escravizados, que a partir de 1888 viriam a ser livres, e posteriormente pela segunda grande vinda de imigrantes europeus e pelos mestiços que ali se desenvolveram. Contudo, a continuidade do projeto prevê mais pesquisas que tratem sobre as origens dos campesinato no brasileiro, e suas transformações e permanências ocorridas ao longo do tempo por esta diversidade de sujeitos que o compõem, mas também pelas diferentes formas de fazer agricultura.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

MARQUES,Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **REVISTA NERA** . N. 12, p. 58-67, 2008.

PINHEIRO, Maxmiliano Martins. A questão agrária no Brasil: uma abordagem histórica e sociológica. **RECIMA 21**. v. 4, n. 5. 2023.

PLOEG, Jan Douwe Van Der . **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. Porto Alegre/São Paulo, Ed. UFRGS/UNESP, 2016. 196p.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e os sentidos do Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo. Segunda edição. p. 477. 1995.

STÉDILE, João Pedro; LOCONTE, Wanderley. **A questão agrária no Brasil**. Atual Editora, p.71, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel et al. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Una nueva ruralidad en América Latina**, p. 31-44, 2001.